



Câmara dos Deputados

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF

**INFORMATIVO Nº 173/2017**

**DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À INSTRUÇÃO DO PROCESSADO  
PARA EFEITOS DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
TIPO DA PROPOSIÇÃO: PL NÚMERO: 2.035 ANO: 2011**

**1. A proposição provoca repercussão negativa no âmbito dos orçamentos da União, estados e municípios?**

- ☒ SIM → ☒ Aumento de despesa - ☒ União ☐ estados ☐ municípios  
→ ☐ Diminuição de receita - ☐ União ☐ estados ☐ municípios  
☐ NÃO

**1.1. Há proposição apenas, substitutivo ou emenda que provoque aumento de despesa ou diminuição de receita na União, estados e municípios?**

- ☐ SIM → ☐ Aumento de despesa. Quais?  
→ ☐ Implica diminuição de receita. Quais?  
→ ☐ Não implica aumento da despesa ou diminuição da receita. Quais?  
☒ NÃO

**2. Em caso de respostas afirmativas às questões do item 1:**

**2.1. Há emenda de adequação que suprima o aumento de despesa ou diminuição de receita?**

- ☐ SIM (Emenda nº \_\_\_\_\_) ☒ NÃO

**2.2. A proposição está instruída com estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que seus efeitos devam entrar em vigor e nos dois subsequentes?**

- ☐ SIM ☒ NÃO

**2.3. A estimativa de impacto da proposição foi elaborada por órgão dos Poderes, do Ministério Público da União ou Defensoria Pública da União e encontra-se acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas?**

- ☐ SIM ☒ NÃO

**2.3. Foi indicada a compensação com vistas a manter a neutralidade fiscal da proposta?**

- ☐ SIM ☒ NÃO

**3. As demais exigências constitucionais, legais e regimentais relacionadas à adequação e compatibilidade orçamentária e financeira foram atendidas?**

- ☐ SIM ☒ NÃO

**3.1. Se não, relacionar dispositivo infringido: Arts. 16, inciso I, e 17, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal; Art. 113 da LDO 2016; e Súmula nº 1/2008 da Comissão de Finanças e Tributação.**

**4. Outras observações:**

O Projeto de Lei nº 2.035, de 2011, pretende obrigar instituições de direito privado beneficiárias de transferência voluntária da União a publicarem a prestação de contas dos recursos recebidos, anualmente, em jornais de grande circulação, e bimestralmente, em página eletrônica de presença na rede mundial de computadores. Propõe também que as entidades inadimplentes com a obrigação de publicar a prestação de contas sejam impedidas de receber novos recursos.

2. A aprovação do projeto de lei em análise e das respectivas emendas **acarretaria impacto orçamentário e financeiro no valor correspondente aos gastos com publicação** das prestações de contas de recursos recebidos da União pelas instituições de direito privado,



## **Câmara dos Deputados**

### **Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF**

anualmente, em jornais locais ou de grande circulação, e bimestralmente, em página eletrônica de presença na rede mundial de computadores.

3. No entanto, a proposição não está acompanhada da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes, tampouco foi indicada a medida de compensação para o aumento da despesa (aumento permanente de receita ou redução permanente de despesa), o que evidencia conflito com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017 (art. 117) e com a Súmula nº 1/08 da Comissão de Finanças e Tributação.

4. No mesmo sentido, contraria o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzido pela Emenda Constitucional nº 95/2016, segundo o qual a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro.

5. Ademais, o custo da publicação seria repassado para a administração pública, na medida em que a Lei nº 13.019/2014 (conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC) estabelece em seu art. 47 que o plano de trabalho relativo à transferência de recursos para a entidade privada poderá incluir o pagamento de custos indiretos necessários à execução do objeto. Segundo o § 1º desse artigo, tais custos indiretos podem incluir despesas de internet, transporte, aluguel e telefone, bem como remunerações de serviços contábeis e de assessoria jurídica, sempre que tenham por objeto o plano de trabalho pactuado com a administração pública.

6. Vários dispositivos da Lei nº 13.019/2014 contêm exigências quanto à transparência e publicidade das transferências de recursos a entidades privadas, o que evidencia que a matéria já se encontra regulamentada por meio do MROSC.

7. Assim, a proposição não atende as exigências previstas no art. 113 do ADCT e nos arts. 16, inciso I, e 17, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal; Art. 117 da LDO 2017 e Súmula nº 1/2008 da Comissão de Finanças e Tributação.

Brasília, 25 de maio de 2017.

**Salvador Roque Batista Junior**  
**Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira**